

ENTREVISTA



Cel PM RR Clarindo Alves de Castro

*Entrevistado por Maj PM Nágila de Moura Brandão no dia
25/04/2018*

RESUMO BIOGRÁFICO

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (IE/UFMT-2013). Especialista em Administração com Ênfase em Inteligência de Segurança Pública pela Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis (Faecc/UFMT- 2008). Especialista em Ciências Jurídicas pela Universidade Cruzeiro do Sul (SP-2015). Especialista em Gestão de Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar de Goiás (APMGO). Especialista em Gestão Organizacional de Segurança Pública em convênio com a Universidade de Mato Grosso (Unemat-2008). Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar de Santa Catarina (APMSC-1992). Graduado em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo

(Unicid), São Paulo (SP-2015). Diplomado no Curso Superior de Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra (ESG-RJ-2010).

Atualmente é Coronel da Reserva Remunerada da Polícia Militar de Mato Grosso e Professor de Inteligência da SENASP/MJ e da PMMT. É autor do livro: Mestre Hilário: uma história de cura, fé e amor. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2018. Coordenador do livro Inteligência de Segurança Pública: um xeque-mate na criminalidade. Publicou vários artigos como: “A influência das Técnicas Mnemônicas no aumento da qualidade das informações da atividade policial militar” (Homens do Mato: Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública, 2009) e “Mnemotecnia nas Operações de Inteligência de segurança pública: Técnica milenar usada por gregos e romanos” (Inteligência de segurança pública Contribuições doutrinárias para o cotidiano policial – Série inteligência, estratégia e defesa social, organizada por Hélio Hiroshi Hamada e por Renato Pires Moreira, Belo Horizonte). Já ministrou aulas para instituições, como Gaeco/MT; Tribunal de Justiça/MT; UFMT; ADESG; Polícia Militar; Secretaria de Justiça; Ministério da Justiça; Polícia Civil e Corpo de Bombeiros, em mais de 30 municípios brasileiros como: São Paulo (SP); Porto Alegre (RS); Curitiba (PR); Brasília (DF) (2013); Goiânia (GO); Fortaleza (CE); Manaus (AM), entre outras.

Realizou outros cursos na área da Segurança Pública como: a) Curso de Extensão Universitária na modalidade de Difusão: Integração de Competências no Desempenho da Atividade Judiciária com Usuários e Dependentes de Drogas, pela Universidade de São Paulo Faculdade de Medicina (2015/2016); b) Curso de Multiplicadores de Polícia Comunitária, pela SENASP (2005); c) Curso de Primeiros Socorros, pela PMSC, em Florianópolis (1992); d) Curso de Formação de Agentes de Direitos Humanos, em Goiânia/GO (2001); e) Curso de Licitação de Contratos, em Goiânia/GO (2001); f) Curso Básico de Inteligência na ABIN, em Brasília/DF (2005); g) Curso de Operações de Equipamentos de Contra inteligência, em Cuiabá – MT; h) Curso de Análise Criminal em Inteligência de Segurança Pública, pelo Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – ILANUD (2006).

Durante sua carreira, foi condecorado com as seguintes medalhas: a) Medalha Ramos de Queiroz, de dedicação aos estudos, no Curso de Formação de Oficiais (2011); b) Medalha de Tempo de Serviço PM, 10 anos (1990); c) Medalha Homens do Mato da Polícia Militar (2007); d) Medalha Guardião do Paiaguás (2008); e) Medalha de Tempo de Serviço – Prata, 20 anos (2011); f) Medalha Imperador Dom Pedro II Corpo de Bombeiros (2012); g) Medalha Mérito de Ensino Policial Militar (2015); h) Medalha Mérito de Segurança Pública (2013); e, também foi agraciado com as moções: Moção de Aplauso pela Assembleia Legislativa de MT (2003); Moção de Aplauso pela Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste (2008); Moção de Louvor pela Assembleia Legislativa MT (2004); Cidadão Benemérito pela União Coxipoense das Associações de Bairros (2003); 1ª Moção de Aplausos pela Câmara Municipal de Cuiabá (2003); 2ª Moção de Aplausos pela Câmara Municipal de Cuiabá (2003); Moção de Congratulação pela Assembleia Legislativa de MT. Participação do GGI Fronteira (2013); Moção de Aplausos pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Deputado Sebastião Rezende. Proerd (2015) e Moção de Congratulação pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Deputado Guilherme Maluf. Pela obra biográfica Mestre Hilário (2018).

Na polícia Militar de Mato Grosso exerceu a função de Comandante do 1º Pelotão PM do 6º BPM em Cáceres/MT, 1993; Comandante da 2ª Companhia PM de Pontes e Lacerda/MT, 1993; Comandante da 3ª Companhia PM de Mirassol D'Oeste/MT, 1994 a 1995; Chefe da Seção de Recursos Humanos do 1º BPM em Cuiabá/MT, 1996; Chefe do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) em Cuiabá/MT, 1996; Comandante da Escola de Formação de Oficiais (ESFO) em Várzea Grande/MT, 1997 a 1998; Subdiretor da Diretoria de Apoio e Logística da PM (DAL) em Cuiabá/MT, 1998; Subcomandante do 5º BPM, em Rondonópolis/MT, 1999 a 2000; Subcomandante do 7º BPM, em Rosário Oeste/MT, 2002; Comandante do 3º BPM, em Cuiabá/MT, 2003; Comandante Adjunto do CR-I em Cuiabá/MT, 2004; Coordenador de Inteligência da Casa Militar, 2005 a 2008; Chefe de Gabinete da Casa Militar em 2008; Diretor da Agência Central de Inteligência da PMMT, 2009 a 2010; Coordenador de Planejamento e Estatística da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, 2010 a 2011; Secretário Adjunto da SEJUDH (Secretaria de Justiça e de

Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso) de 2011 a 2015; Tutor Master do EAD/SENASP de Mato Grosso em 2016; e, Diretor da Agência Central de Inteligência da PMMT em 2016.

RHM: Boa tarde Coronel, inicialmente, quais foram as suas principais conquistas e objetivos alcançados dentro da PMMT, no campo intelectual e acadêmico?

Boa tarde! Eu ingressei na Polícia Militar em 1989. Naquela época não tínhamos o Curso de Formação de Oficiais em Mato Grosso. Assim, eu fui designado para realizar o CFO em Santa Catarina. Como era 4 anos de formação, conclui em 1992. Voltando para Mato Grosso eu trabalhei em diversas unidades, comandando batalhões e outras unidades policiais militares, na capital e o no interior do Estado. Em 2005 eu fui convidado pelo Coronel PM Orestes Teodoro de Oliveira para trabalhar na Casa Militar. Foi a unidade em que comecei a trabalhar, efetivamente, na atividade de inteligência. Como não tinha muita experiência nessa área, então eu comecei a estudar e a realizar cursos específicos. Até publiquei artigos acadêmicos. Em 2006 fiz uma especialização sobre a atividade de inteligência na Universidade Federal de Mato Grosso. Terminando essa pós-graduação, aceitei a sugestão do Coronel Edson Rondon para transformarmos as nossas pesquisas monográficas em um livro. Foi a minha primeira obra literária. Ela foi intitulada *“Inteligência intitulado inteligência Segurança Pública: um xeque-mate na criminalidade”*. Foi publicada pela editora Juruá de Curitiba/PR. Após, vieram outras especializações como o CSP e as Ciências Jurídicas. Acredito que foi em virtude desses estudos que começaram a surgir convites para ministrar aulas, especialmente, sobre a atividade de inteligência, tanto em Mato Grosso quanto em diversas unidades da federação, como Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Amazonas, Ceará, Goiás e outros. Desse modo, surgiu à necessidade de avançar nos estudos. Então realizei o mestrado em educação na Universidade Federal de MT, cuja dissertação foi convertida em outro livro,

a qual se encontra numa editora do Rio de Janeiro. Também, publiquei alguns artigos voltados para a área da inteligência Segurança Pública. Um desses artigos, nominado *“Mnemotecnia nas Operações de Inteligência de Segurança Pública: Técnica Milenar Usada por Gregos e Romanos”* constitui um capítulo do livro *“Inteligência de Segurança Pública: contribuições doutrinárias para o cotidiano policial – Série inteligência, estratégia e defesa social”* organizado pelo Coronel Hiroshi e pelo Sargento Pires da Polícia Militar de Minas Gerais. Tal obra foi publicada pela editora D’Plácido. É um livro bem recente nessa área. Também consegui publicar na Revista Jus Navigandi, dois artigos científicos: *“O Sistema Penitenciário de Mato Grosso: Uma abordagem auto etnográfica no pós-separação (2011/2015)”* e *“O direito à privacidade e a Lei de acesso à informação (LAI) – Lei nº 12.527/2011”*. Para finalizar essa parte mais acadêmica e saindo da Inteligência, quero ressaltar também que publiquei, este ano, o livro biográfico *“Mestre Hilário: uma história de cura, fé e amor”* que conta um pouco a história do meu avô, o qual também foi policial militar. Penso que com o lançamento do livro sobre a Polícia Comunitária, prevista para novembro deste ano, fecha o ciclo de produções acadêmicas.

RHM: A PMMT tem sido atração em nível nacional em algumas áreas da Segurança Pública, e o campo da inteligência tem sido uma referência junto aos profissionais de segurança pública, dentro e fora do Estado. A essa situação, como conseguimos chegar a esse patamar e qual o impacto direto no serviço de inteligência para a Polícia Militar?

Em regra, às Polícias Militares brasileiras já desenvolviam a atividade de inteligência, todavia, com outra nomenclatura e com outro formato. Elas adotaram inicialmente o modelo do Exército Brasileiro, orientadas pela IGPM em sua Nota de Instrução nº 01 de 1971. Tal nota versava sobre as PM/2, que era a 2ª Seção do Estado Maior responsável pelo sistema de *Informação*. Nos batalhões essas atividades ficavam ao encargo das P2s. O foco desse formato

era, basicamente, centrado em uma atividade de controle da conduta do policial militar. Permitam-me um salto neste relato. Vamos à lei nº 9.883/1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência e criou a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Foi quando as polícias militares começaram a adotar a denominação "*Inteligência*". Algumas das policiais, antes mesmo dessa lei. Lembro que o vocábulo "*Serviço de Informação*" estava muito desgastado perante a opinião pública. Em 2000 foi criado, pelo Decreto nº 3.695, o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência. Em 2009 foi criada a primeira Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), a qual massificou nas instituições policiais da federação o termo Inteligência. Essas mudanças resultaram em significativos avanços. A partir de então percebi melhoria na análise criminal e na produção do conhecimento. Percebi também maior investimento na capacitação dos policiais. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) passou a promover diversos cursos para policiais de todo o Brasil. Inclusive, eu integro o rol de seus instrutores e já participei deles em mais de 30 municípios brasileiros, esta semana mesmo, estarei viajando para Goiânia/GO. Depois para São Paulo e em Julho estarei no Rio Grande do Sul e Fortaleza levando os novos conhecimentos relativos à atividade de inteligência. Acredito que a atividade de inteligência é a maneira mais efetiva de combater o Crime Organizado. Hodiernamente, não tem como enfrentá-lo com as mesmas ferramentas de outrora. Aquele enfrentamento, mais passivo, focado nas respostas reativas, envoltas em uma cultura meramente preventiva e de aguardo dos acontecimentos não tem se revelado suficiente para atender aos anseios da sociedade e, fundamentalmente, de mitigar os índices criminais e de desmontar as engrenagens do crime organizado. Para tornar esse enfrentamento mais efetivo, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, além do sistema penitenciário e demais órgãos afins, investiram muito na inteligência, a qual me afigura, uma portentosa

ferramenta de controle. Com o advento da DNISP esse processo foi otimizado. A doutrina é a somatória das características, dos princípios, dos valores e dos métodos da atividade de inteligência. A sua linguagem fácil e especializada conseguiu padronizar a atuação desse serviço nas instituições. Hoje, a maioria das unidades da federação está conjugando a mesma linguagem. Essas unidades estão mais fortes e mais integradas nesse enfrentamento. Realço que a inteligência tem um método próprio para produção de conhecimento, capaz de lapidar aquela matéria bruta dos dados e transformá-los, sistematicamente, em conhecimentos úteis e oportunos. Tais conhecimentos são difundidos ao tomador de decisão, o qual pode ser o Comandante-Geral, o Delegado-Geral, o Secretário de Segurança Pública, ou mesmo o próprio governador do Estado. Com esses conhecimentos privilegiados aumenta a possibilidade do êxito na decisão. Ainda, poderão ser usados na formulação de políticas públicas. Neste último caso, estamos referindo à inteligência estratégica. As agências de inteligência produzem conhecimentos estratégicos, especialmente as “**estimativas**”. Ou seja, ela é capaz de elaborar prospecções no tempo e estabelecer cenários prováveis: tendenciais, pessimista ou otimista. Desse modo, valendo-se da metodologia, é possível indicar os melhores cenários ao tomador de decisão. Então, ele poderá avalia-los e definir a melhor política pública para impactar o fenômeno da violência e da criminalidade, a qual recrudescer em progressão geométrica. Por exemplo, o crime no Brasil tem ceifado a vida de mais de 60 mil pessoas ao ano, em uma proporção de 1 pessoa morta a cada 9 minutos. Temos uma das piores taxas de homicídio do planeta: 21,9 homicídios para cada 100 mil habitantes. Essas taxas são 8 vezes maior que a Índia e 30 vezes maior que a China. Está morrendo mais pessoas no Brasil do que a Síria que está em guerra. Outro dado preocupante, o Brasil segundo o Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) é o segundo maior consumidor mundial de cocaína e, segundo o PNUD, o Brasil tem a 3ª maior taxa de roubos da América Latina, são 600 roubos para cada 100 mil

habitantes. São números que nos preocupam. Então perguntamos: o que estamos fazendo para minimizar esse quadro? Penso que poderia estar pior ainda! As ações de inteligência praticadas pela maioria dos estados da federação estão corroborando com esse enfrentamento. Um trabalho integrado e metódico. Aqui no Estado de Mato Grosso esse esforço não está diferente. Percebemos que a Polícia Militar está engajada no combate ao crime. A PMMT já criou o seu Sistema de Inteligência e posso assegurar que está muito bem estruturado. Tal sistema é integrado por policiais militares capacitados na área. Isso tem tornado a atividade de inteligência da PMMT uma referência nacional. Neste exato momento, por exemplo, os policiais da Diretoria Central da Agência de Inteligência estão realizando um curso inédito. Trata-se do Curso de Análise de Inteligência Estratégica. São 330 horas/aulas de diversas disciplinas sobre conhecimentos de inteligência estratégica. Uma carga horária de uma pós-graduação. Referido curso conta com professores, mestres e doutores, tanto de Mato Grosso quanto de outros Estados, que estão transmitindo novos conhecimentos e ensinando novas ferramentas. Daqui há pouco tempo eles estarão aptos a produzir, inclusive, estimativas para subsidiar o Comandante-Geral. Por exemplo, eles poderão explorar estas indagações: como será a segurança pública daqui a 10 anos? Como comportarão os indicadores daqui a 15 anos? Por meio desses trabalhos prospectivos a Polícia Militar transmite à sociedade uma forte mensagem, de que à segurança pública não pode ser tratada como política de governo, renovada a cada quadriênio, e sim, como política de Estado. Independentemente de qual seja o governo, ela transcende-o, é permanente com já ensinava Honoré de Balzac. Com isso, eu acredito nos avanços da Inteligência da Polícia Militar. E, longe do ufanismo, penso que irá avançar muito ainda.

RHM: No Brasil, como se deu o surgimento da inteligência e dos seus desdobramentos?

Sobre a origem da inteligência, em geral, buscamos apoio na literatura da ABIN. Em seu site podemos encontrar vasto material que historiciza, relata e retrata o nascimento da Inteligência no Brasil. Além dessas informações eu recorro a vários autores brasileiros e estrangeiros. No Brasil, gosto do Marcos Cepik, do Joanival Brito, do Raimundo Teixeira e outros. Eu uso também o livro do Lucas Figueiredo o “Ministério do Silêncio”, que tem um recorte interessante, ele pesquisou a inteligência de 1927 a 2004. Priscilla Antunes é outra estudiosa, ela é uma doutora na área de inteligência. Todos eles não divergem em relação ao ponto de partida da inteligência clássica no Brasil, mesmo para os autores que lecionam a inteligência policial, a inteligência de defesa, a inteligência financeira ou a inteligência competitiva. Para tais autores, a inteligência de Estado teve início em 1927 com o presidente Washington Luiz - 13º presidente do Brasil - em virtude do conturbado cenário mundial, apenas 2 anos antes da Grande Depressão que quebrou a Bolsa de Valores de Nova Iorque. Em 1929 o mundo sofreu suas consequências e seus efeitos. No entanto, já em 1927, o Brasil preocupava-se com esse cenário. Dessa forma, houve a necessidade de criar um órgão, aqui no Brasil, que analisasse essas informações e zelasse pela proteção do Estado. Tal órgão foi chamado de Conselho de Defesa Nacional (CDN). Foi o marco inicial da inteligência clássica no Brasil. Porém, recebeu muitas críticas. A principal delas era que os integrantes do CDN participavam de apenas duas reuniões ao ano. Em regra, tinham assentos nessas reuniões os ministros e os comandantes das forças armadas. Eles não tinham condições de acompanhar *pari-passu* todas as mudanças e o que estava ocorrendo no mundo. Outro problema, segundo Lucas Figueiredo, era que em 1927 o CDN não tinha o mais importante de uma agência de inteligência, que eram os seus agentes. Por conta disso, alguns estudiosos colocam o marco inicial dessa atividade em 1946. Foi no dia 6 de

setembro desse ano, que o Presidente da República – o cuiabano Eurico Gaspar Dutra, 16º Presidente do Brasil – criou o SFICI “Serviço Federal de Informações e Contrainformação” (SFICI). Por essa razão dizemos que o criador da inteligência no Brasil foi um cuiabano. Aliás, comemora-se o Dia do Profissional de Inteligência no Brasil em 6 de setembro. Totalmente diferente do CDN, o SFICI, a partir de 1956 no governo de Juscelino Kubitschek, tinha um corpo de Agentes treinados e capacitados para tratar as informações e obter dados. Esses agentes processavam dados e transformava-os em conhecimentos úteis e aplicáveis ao trabalho. Esse serviço perdurou até 1964 quando o governo militar general Castello Branco, mudou para Serviço Nacional de Informação (SNI). Nesse momento ainda se falava em informações e não em inteligência. Essa nomenclatura perdurou até o Presidente da República Fernando Collor de Mello que ao assumir o governo mudou drasticamente. Assim, em 1990 o SNI foi transformado em um órgão menor chamado denominado de Departamento de Inteligência (DI) vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Aliás, com menor expressividade. Entendo que o presidente não foi assessorado corretamente sobre a importância de um órgão de inteligência, porque todos os países, seja uma ditadura, seja uma democracia, independentemente do regime ou da forma de governo - se presidencialista ou monarquia, todos possuem um serviço de inteligência estruturado e forte, o qual corrobora com a segurança nacional. O professor Raimundo Teixeira, um estudioso de inteligência, entende que inteligência é o escudo invisível da sociedade. Outros autores vão dizer que a inteligência é uma atividade muito antiga. Falam, inclusive, que ela é segunda profissão mais antiga do mundo. Na própria Bíblia tem perto de 100 passagens sobre atividades de inteligência. O livro *“História Secreta dos Serviços de Inteligência”* de Raimundo Teixeira relata algumas dessas passagens bíblicas. A principal delas é encontrada em Número 13:2, em que Moisés ordena aos seus 12 espiões que realizarem um “reconhecimento” em Canaã. Aliás, ele

enviou os seus melhores espiões. Quando Moisés manda os melhores eu me lembro da frase dita pelo coronel Walther Nicolai, chefe do serviço de inteligência do chanceler de Ferro da Alemanha chamado Otto Von Bismarck: *“A inteligência é apanágio dos nobres, confiada a outros desmorona”*. Então, vemos a sua importância desde tempos remotos. Em 1999, com o advento da lei 9.883, foi criada no Brasil a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Logo em seguida vimos a inteligência caminhar para a área de segurança pública. Em 2000, por meio do decreto 3.695, foi criado o “Sistema de Inteligência de Segurança Pública” (SISP). Bem curioso que o SISP veio antes mesmo que o próprio decreto 4.376 que regulamentou a lei 9.883/1999. Assim, a partir desse momento foi disciplinada a atividade de inteligência de segurança pública. Esse novo dispositivo corroborou com a criação da Coordenadoria de Gestão de Inteligência (CGI), órgão central de inteligência da SENASP, que atualmente foi transformada em uma “Diretoria de Inteligência da SENASP” (DINT), que coordena todas as atividades de inteligência de segurança pública do Brasil. E apenas para fechar, quero reforçar que essa atividade é muito dinâmica. Ela deve estar, a todo o momento, atualizada. Como exemplo dessa preocupação, na semana retrasada eu, juntamente com vários professores da inteligência, fui convocado para participar de uma reunião em Brasília, no novo Ministério da Segurança Pública, para atualizar alguns cursos, como o Curso de Operações de Inteligência; o de Segurança Orgânica; o de Produção de Conhecimento e outros. Todos eles foram devidamente atualizados num trabalho feito por várias mãos. Por que isso? Porque vivemos em um mundo acelerado e dinâmico, que muda constantemente. Zygmunt Bauman fala que vivemos numa sociedade líquida, em que tudo é fluido e muito rápido. O general Stanley afirma que é importante entendermos que atualmente sofrendo constantes modificações. Ele argumenta que vivemos em um mundo “V.U.C.A” (do inglês, *volatility, uncertainty, compexity e ambiguity*). Assim, os conceitos de certo e de errado se alteram constantemente em uma velocidade

alucinante. A internet está repleta de *fake news*. As pessoas recebem uma torrente de notícias e não sabem se são verdadeiras. Por sua vez a Inteligência se vale de muitas ferramentas para tratar a informação. Se antigamente nós tínhamos poucas informações para produzir conhecimento, hoje é o contrário, temos muitas informações, muitos dados que precisam ser analisados e tratados. É uma montanha de dados. A inteligência precisa mergulhar nesse emaranhado todo e distinguir o que é sólido, o que é verdade, o que é desinformação, para só então difundir em formato de conhecimento ao tomador de decisão. É importante ressaltar que essa atividade tem alguns princípios, um deles é o princípio da oportunidade, o qual obriga a uma atividade rápida, segura e metódica. Isso auxilia o gestor a uma decisão correta. Concluindo a sua pergunta, acredito que foram esses os principais fatos que moldaram o surgimento da inteligência no Brasil.

RHM: Quais as principais transformações que o senhor considera prevalente no atual Conselho de Inteligência, em relação às respostas ao enfrentamento ao crime organizado, no que tange à pré e pós ocorrência?

Nós estamos vivendo um mundo muito diferente de 20 (vinte) anos atrás. Àquele modelo de atuação dava conta de responder e atender as principais demandas. Hoje o mundo está totalmente diferente. Como disse anteriormente, vivemos em um mundo “V.U.C.A” (volátil, incerto, complexo e ambíguo) o qual exige da segurança pública um esforço intelectual muito superior para processar dados e entregar conhecimentos úteis e oportunos. Refiro-me a todos os níveis de conhecimentos operacional, tático e estratégico. Assim, para levar esse conhecimento ao nosso policial de ponta, para dar a ele segurança nas suas atuações, deve-se investir na capacitação do agente de inteligência, com cursos específicos, para propiciar, além da eficácia e da eficiência, sobretudo, efetividade em suas atuações. Além da capacitação é necessário o investimento em equipamentos e softwares. O mercado está

repleto desses programas que auxiliam o trabalho analítico. Contudo, as agências da Polícia Militar ainda estão carentes de tais ferramentas. A nossa vantagem é que em Mato Grosso a inteligência está presente nos 141 municípios. Temos o privilégio de estar presente em todos os municípios. Aumentando a nossa capilaridade. Temos um *networking* muito consolidado, uma rede de contato e informação muito forte, isso ajuda singularmente na atividade de inteligência. Quando você produz um conhecimento e entrega ao policial de rua você está propiciando a ele maior segurança. De outra sorte, quando um conhecimento é produzido a partir das informações advindas do nível operacional e são enviadas ao nível estratégico, acredita-se que às decisões dos gestores estejam, em um primeiro plano, mais próximas das necessidades da sociedade. E, em um segundo plano, próximo às necessidades institucionais, com vista à sua evolução. O objetivo maior da Polícia Militar é servir e proteger a sociedade e com esse conhecimento estratégico, o Comandante Geral pode levar ao governador as melhores sugestões para as políticas públicas na segurança. Lembro que até agora não falamos de outro importante ramo da atividade inteligência. Até este momento conversamos basicamente sobre o braço operacional dessa atividade, considerada a atividade de inteligência em si, a qual responde pela maior parte das operações. O outro ramo da atividade é a “contra inteligência” tão importante quanta aquela. A contra inteligência, de acordo com a doutrina nacional de inteligência, é subdividida em três segmentos: segurança de assuntos internos, segurança orgânica e segurança ativa. A primeira preocupa-se com as ações de correição das instituições públicas. A segurança orgânica se ocupa de quatro segmentos, segurança das operações, segurança das áreas e instalações, segurança das comunicações, telemática e informática, segurança da documentação e do material e a segurança de pessoal. São importantes áreas que também ajudam o policial de linha. Nessa senda, a questão principal é: como proteger as informações? Quais são as informações que devem ser

protegidas adequadamente para não colocar em risco a integridade física do policial? Por essa razão, existem alguns procedimentos para salvaguardar essa informação. De outro turno, não podemos ignorar Lei de Acesso à Informação, 12.527/2011, que coloca o princípio da transparência pública como regra. Apenas são resguardados os assuntos estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso XIV, que tratam do sigilo da fonte necessários ao exercício profissional e o inciso XXXIII, que tratam do sigilo necessário à segurança da sociedade e do Estado. Assim, o agente de inteligência, diante dessas excepcionalidades, deve classificar o conhecimento como sigiloso e proteger a fonte. Como expliquei, a contra inteligência é outro importante ramo da inteligência. A Polícia Militar, por meio da DACI, desenvolve essa atividade protetiva. Por fim, o terceiro segmento da contra inteligência é a Segurança Ativa (SEGAT), que em regra visa detectar e neutralizar ações adversas os quais podem prejudicar a sociedade. Ela subdivide-se em três áreas, a saber: contrapropaganda, contraespionagem, contra sabotagem e contraterrorismo. A contrapropaganda visa desconstruir a propaganda criminoso. Por exemplo, acredito que vocês já perceberam as pichações do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC), especialmente nos bairros periféricos daqui de Cuiabá e em alguns prédios abandonados. Na verdade, são propagandas do crime. Estão comunicando que essa área tem dono. Nesses territórios, dominado pelo crime, a polícia deve combater com operações ordinárias e com ações de contrapropaganda. Assim, verificamos que são muitas as possibilidades do emprego da Inteligência, que, em última medida, visam à proteção da sociedade e impactar essas terríveis 60 mil mortes ao ano.

RHM: Como o Senhor avalia a formação e a capacitação pós-formatura do policial militar nos vários níveis que a PMMT possui no que tange à inteligência?

Primeiramente eu entendo que todos os cursos de formação de soldado a oficial, passando pelas qualificações e pelos aperfeiçoamentos, especialmente o CAO e o CSP, devam contemplar a disciplina de inteligência de segurança pública. Mesmo sabendo que o tempo do curso não permite que sejam trabalhadas, adequadamente, as técnicas da inteligência, a sua presença nas grades curriculares já me afigura um avanço. É importante que, ao menos, as noções da inteligência sejam dialogadas nesses cursos. Entretanto, os policiais militares que forem designados para o setor de inteligência, devem realizar cursos e especializações na área. Reforço nesta entrevista à qualidade dos cursos oferecidos pela DINT/SENASP aos policiais de todo o território nacional. São cursos atuais e bem planejados com uma excelente equipe de apoio. Muitos policiais militares de Mato Grosso já o fizeram. Esses conhecimentos ajudam na melhoria do serviço da Polícia Militar e, conseqüentemente, na qualidade da segurança pública. Além desses cursos presenciais a SENASP também oferece na plataforma EAD o Curso de Introdução da Atividade de Inteligência (CIAI). Um excelente curso com a vasto material didático. O conjunto desses cursos aliado aos de caráter formativo permitem ao policial uma boa noção sobre essa atividade. Contudo, como disse anteriormente, àqueles que pretendem avançar nessa área ou tencionam entrar na DACI/PMMT seria interessante uma especialização. Lembro que em Minas Gerais já existem duas excelentes pós-graduações em inteligência. Uma é realizada pela Polícia Militar e outra pelo Ministério Público. Aqui em Cuiabá também temos duas pós-graduações na área em andamento. Uma realizada pela ADESG, da qual sou docente, e a outra realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso, a qual também sou professor. Os policiais militares que hoje estão no setor de inteligência da

PMMT não podem parar apenas nos conhecimentos adquiridos nos cursos formativos, há um portfólio extenso de cursos disponíveis. Assim, eu avalio positivamente o desempenho da Diretoria de Ensino de Mato Grosso no contexto da formação e da pós-formação dos policiais militares componentes das agências de inteligência. Acredito que está na vanguarda de várias unidades da federação.

RHM: O trabalho da inteligência, por vezes, é confundido com o trabalho de investigação da Polícia Civil e da Polícia Federal que, aos olhos leigos, aparenta possível conflitos de competência. Como diferenciar e discernir esses dois trabalhos?

Excelente pergunta. Realmente ainda paira muita dúvida a respeito disso. Trata-se de um problema que já redundou, inclusive, em conflitos jurídicos. A sua compreensão não é uma tarefa simples. A inteligência de segurança pública e a investigação apresentam diversos pontos congruentes. Mas, vejamos: a grande diferença entre a Inteligência de Segurança Pública e a Investigação Policial está em seu fim. Enquanto aquela se orienta para a produção de conhecimento, esta se orienta para a produção de provas. Todavia, sabemos que a linha que as separa é muito tênue. A dificuldade aumenta pelo fato de as duas atividades, invariavelmente, trabalharem com ferramentas similares. Também trabalham com o mesmo objeto, o crime. Existe uma corrente que advoga que essa separação é mais teórica do que prática. Essa confusão ainda causa estranhamento até mesmo na cabeça dos profissionais da área, quer sejam policiais militares ou policiais civis. Atenta a essa particularidade a DNISP apressou-se em apresentar três fatores diferenciadores. O primeiro deles é a finalidade. A investigação objetiva a obtenção de prova, a autoria e a materialidade. Já a Inteligência objetiva “*assessorar*” por meio de diagnósticos da evolução da segurança pública, pelo subsídio ao planejamento estratégico, pelas informações relevantes e pela proteção e produção do conhecimento sensível. Uma confusão bem comum

sobre essas atividades é sobre a interceptação telefônica. Muitos pensam, equivocadamente, que ela é uma ferramenta da inteligência. A interceptação telefônica só ocorre com autorização judicial no curso do processo, a pedido da autoridade policial e no âmbito de um inquérito policial ou de um inquérito policial militar. O encarregado solicita ao juiz. Não se trata de uma ferramenta da inteligência. Então, a finalidade da inteligência e da investigação é distinta. Outro fator que diferencia é o documento. Na inteligência são denominados de Relatórios de Inteligência e para sua produção é usado uma metodologia própria. São sigilosos e destinam-se ao processo decisório. De outra sorte, a investigação visa à persecução criminal e destinam-se ao processo penal. A terceira diferenciação, conforme a doutrina nacional, é o significado da verdade. A verdade pra inteligência é uma, e a verdade para investigação é outra. A verdade para investigação está calcada na prova. Não basta apenas a convicção do investigador para a imputação de um crime. Além da convicção ele deve possuir provas suficientes. Na inteligência a “verdade” resume-se à convicção do agente. Ou seja, ela é o resultado das evidências e decorre do trabalho intelectual e metódico. São quatro os tipos de conhecimentos da inteligência: informe, informação, apreciação e estimativa. Tais conhecimentos devem ser claros, precisos e imparciais, capazes de demonstrar as intenções dos alvos. Outro fator diferenciador que não está presente na DNISP, mas é abordada por autores, como Aldo Prates D’Avila, diz respeito ao fator tempo. Por exemplo, a investigação tem o caráter reativo, vez que o fato criminoso já aconteceu. A inteligência tem o caráter proativo, ou seja, ela antecipa o fato, vez que esta atividade analisa padrões e tendências, podendo assim, construir conhecimento prospectivo, com probabilidade de prevenir eventos futuros. Desse modo, acredito que seriam esses os fatores que diferenciam a investigação da inteligência.

RHM: A Polícia Civil e a Polícia Federal por vezes andam ostensivamente, ora a Polícia Militar trabalha à paisana, porém são parceiras e integram o Sistema de Segurança Pública no Brasil. Como o senhor acompanha essas mudanças e atividades integradas no âmbito da Segurança Pública?

Não sei se a comparação é válida, mas farei um paralelo com as forças Armadas. O Exército Brasileiro (EB) tem seus blindados, seus tanques e seus carros de combate. A Marinha do Brasil (MB) tem suas grandes embarcações. A Força Aérea Brasileira (FAB) as suas aeronaves. O fato do EB adquirir aeronaves de asa fixa e possuir uma frota de helicópteros, não significa que está usurpando funções da FAB. Também não está usurpando as funções da MB quando possui embarcações. A MB também não está usurpando as atribuições constitucionais quando adquire os blindados. Todos trabalham harmonicamente em à defesa da Pátria e da garantia dos poderes constitucionais. No âmbito da segurança pública, penso que devemos nos preocupar com as competências legais, consonantes ao artigo 144 da CF. Todas as instituições previstas nesse artigo visam à segurança pública, que é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Assim, se a Polícia Civil ou a Polícia Federal, em sua atividade de apuração de infrações penais, tiver que usar o uniforme, desde que não fuja à sua atribuição legal, não vejo óbice. De outra sorte, se a Polícia Militar, responsável pela polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, tiver que trabalhar à paisana na atividade de inteligência, desde que não fuja das suas atribuições, não vejo qualquer problema. Temos que entender que o nosso objetivo é a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Temos que pensar o que é melhor para a sociedade. Nesse campo não há espaço para vaidades. Não há espaço para reserva de mercado. Estamos diante de 60 mil homicídios por ano. Temos que estar plenamente integrados. O nosso foco é verificar o que é melhor para a segurança da sociedade.

RHM: Coronel abrimos esse espaço para suas considerações finais.

Eu agradeço a oportunidade e a honra de participar desse importante veículo de comunicação da PMMT. O periódico acadêmico eletrônico Revista Homens do Mato (RHM) é um orgulho para a nossa instituição. Aproveito para destacar que o momento é muito importante para a inteligência de segurança pública. Nunca se falou tanto nessa atividade como agora. Ouvimos gestores, políticos, autoridades afirmarem que a solução para o problema da segurança é investir em inteligência. Quase uma panaceia. Todavia, o que eu percebo, são comentários rasos. Sem conteúdo. Comentários superficiais. Grosso modo, as pessoas não conhecem o papel da inteligência. Percebo que falam da inteligência como falam de futebol: todos entendem e dão as “melhores” sugestões. Mais aí eu lembro-me de um dos clássicos da inteligência, o autor mais festejado no mundo da inteligência que é Sherman Kent. Ele nos ensinou que *“quando tudo é inteligência, nada é inteligência!”* Essa atividade é uma ferramenta de poder como já disse anteriormente. Ela tem o condão de impactar, até mesmo, o crime organizado. No entanto, deve ser usada de acordo com o método e com as boas práticas. Além disso, requer um controle. O controle é fundamental. Hoje nós temos três tipos: Um controle interno que é exercido pela Corregedoria e pela Ouvidoria; um controle externo que é exercido pelo Poder Legislativo, pela CCAI, pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público, e o controle popular, exercido pela imprensa, pelas associações e pelo cidadão. A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI) foi instituída em 2000 e tem objetivo de garantir que a inteligência e a contra inteligência sejam realizadas de acordo com o ordenamento jurídico do país. A forma como atua esses controles é um Indicador do grau de desenvolvimento da democracia. Não é demais lembrar que a atividade de inteligência deva ser submetida aos princípios constitucionais da moralidade, da impessoalidade, da eficiência e

da legalidade. A plena observância e respeito a esses princípios, aos seus marcos legais e regulatórios aliados à capacitação, ao treino, ao conhecimento e ao manuseio de equipamentos de ponta, neste mundo V.U.C.A, que teremos condições de subsidiar o nosso tomador de decisão. Ressalto que o objetivo da Inteligência é produzir conhecimento útil, oportuno e verdadeiro e carrear a alguém que tome a decisão. Em nossa instituição esse tomador de decisão é o nosso Comandante Geral que, de posse dessa informação abalizada, tratada, analisada, decide da melhor maneira possível. De posse desse conhecimento privilegiado espera-se que ele não cometa os erros descritos no livro da Bárbara Tuchman *“Marcha da Insensatez”*. Nesse livro ela critica a insensatez de alguns gestores, que tomavam decisões equivocadas e adotaram políticas contrárias aos próprios interesses. Assim, já caminhando para o final desta entrevista, para que o gestor tome a melhor decisão, todo o conhecimento repassado deve visar à segurança da sociedade. E, para que alcancemos à sensação de paz social e a tranquilidade pública, temos que buscar o fortalecimento da atividade de inteligência.

RHM: Coronel PM Castro, muito obrigado pela disponibilidade.